

Fisco vai perder eficácia com saída de Macedo

Presidente dos **Técnicos de Contas** alerta para o risco de os serviços do Fisco entrarem em situação de 'deriva'

Mariana Adam
mariana.adam@sol.pt

«**NÃO** tenho dúvidas nenhuma de que a máquina fiscal vai ressentir-se da saída de Paulo Macedo», afirma, convicto, o presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), a maior associação portuguesa, com mais de 70 mil associados. Domingues Azevedo acusa o director-geral de Impostos cessante de ter imprimido uma dinâmica de frieza no Fisco,

mas elogia o trabalho de Paulo Macedo à frente da direcção-geral e assegura que o fisco vai perder eficácia com a saída de Paulo Macedo.

«A máquina fiscal tem seguido uma estratégia bem definida pelo doutor Paulo Macedo, por isso, é natural que os serviços, numa primeira fase, andem à deriva», defende o presidente dos técnicos oficiais de contas,

«Há grandes injustiças na máquina fiscal»

que lidam com 90% dos impostos gerados no País.

Domingues Azevedo acredita que Paulo Macedo foi «um dos melhores directores-gerais da história», mas recusa-se a endear o ainda director-geral dos Impostos. «Paulo Macedo fez um grande trabalho, mas cometeu um erro grave. Durante o seu mandato, o crescimento da máquina fiscal não foi harmo-

monioso», porque a relação dos contribuintes com a máquina fiscal tem sido desprezada. Ainda em relação à saída do director-geral dos Impostos, o presidente dos TOC diz que, por este andar, «vamos continuar a ter na Administração Pública os incompeten-

tes e aqueles que os outros não quiseram a gerir aquilo que é de todos nós».

Direitos dos contribuintes correm sérios riscos

A máquina fiscal cresceu, nos últimos anos, muito rapidamente em eficiência, mas não se desenvolveu a capacidade de dar resposta às questões colocadas pelos cidadãos, acusa Domingues Azevedo. Como consequência há «enormes injustiças», denuncia o ex-deputado do Partido Socialista, assegurando que «os direitos dos contribuintes estão a ser postergados e carecem de um maior cuidado no domínio da resolução dos erros da própria máquina».

«Tem-se vindo a desenvolver a ideia que a Administração fiscal tem sempre razão, mesmo que o contribuinte demonstre o contrário. Trata-se de um acto de autismo completo, no que diz respeito ao funcionamento de um Estado, de direito» acrescenta. De quem é a culpa deste autismo? «Tem a ver com uma cultura de organização de auto-suficiência e de infalibilidade que reina no Fisco. Não é possível eleger apenas um culpado».



Domingues Azevedo é presidente da maior associação do País

Estado arrecadou 25 milhões

CERCA de 20 mil empresas passaram a pagar o Imposto Especial por Conta em 2006. A saída destes contribuintes da economia paralela resultou num encaixe financeiro para o Estado de 25 milhões de euros. Resultados alcançados através do trabalho dos técnicos oficiais de contas junto dos seus clientes, avançou ao SOL Domingues Azevedo.

O presidente dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) assegura que está é apenas uma gota no oceano e que o traba-

lho dos TOC – profissionais pelos quais passam 90% dos impostos – «vale certamente centenas de euros de contos à economia nacional».

«Numa economia em crise como é a portuguesa como é que se justifica taxas de crescimento de IRC que atingem os 18% e do IVA de 8%. Os agentes de fiscalização são os mesmos, por isso só mesmo o papel dos TOC, juntos dos empresários a desincentivar-los», acrescenta. Domingues Azevedo faz

questão ainda de sublinhar que os seus mais de 70 mil associados tiveram ainda um papel crucial na a desmaterialização dos impostos.

O presidente dos TOC afirma, sem papas na língua, que a criação de mais um escalão de IRS

foi um «erro terrível».

Tal como o SOL já noticiou, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomaz, já admitiu acabar com o novo escalão de IRS de 42% destinado aos particulares com rendimentos anuais superiores a 60 mil euros, criado no Orçamento do Estado de 2006. Domingues Azevedo diz que esta medida do actual Executivo «é um desincentivo à verdade tributária».

Por outro lado, o pre-

sidente dos TOC aplaude as medidas de aperto destinadas à banca. «Não me violenta que a banca, tendo em conta o papel importante que desempenha no financiamento das famílias, se conceba um sistema fiscal menos gravoso. Mas a banca hoje não está a desempenhar essa função. A sua função é hoje meramente mercantilista, economicista, por isso não se justifica haver diferenciações. Pobre daquele que precisa da banca», diz.

Empresas

20 MIL
passaram a pagar impostos em 2006